

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO

037/2024

PROCESSO

318/2024

CONTRATANTE (UASG)

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA (986629)

OBJETO

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E DE EXAMES COMPLEMENTARES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DIAGNÓSTICOS, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA)

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 6.398.424,00 (seis milhões, trezentos e noventa e oito mil, quatrocentos e vinte e quatro reais)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 12/12/2024 às 09h00 (horário de Brasília)

CRITÉRIO DE JULGAMENTO

Menor preço por lote

MODO DE DISPUTA

Aberto

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

Não

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei 14.133/2021





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Pregão Eletrônico 037/2024 - Processo 318/2024

1. PREÂMBULO

- 1.1. A PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULSITA através da SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, situada na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200 Centro, TORNA PÚBLICA a quem possa interessar, a abertura da licitação na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, cujo critério de julgamento será o MENOR PREÇO POR LOTE, visando a obtenção de propostas para o objeto licitado, consoante especificações constantes dos Anexos, que passam a fazer parte do presente edital, a qual será processada e julgada em conformidade com a Lei Federal nº 14.133 de 2021, e demais dispositivos legais aplicáveis bem como pelas condições específicas deste edital e dos demais documentos que o integram.
- **1.2.** Informações preliminares:

DATA DA ABERTURA: 12/12/2024.

HORA: 09h00 (nove horas) – horário de Brasília-DF.

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.compras.gov.br

CÓDIGO UASG: 986629

2. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E DE EXAMES COMPLEMENTARES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DIAGNÓSTICOS, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos.

- **2.1.** A licitação será dividida em itens, conforme tabela constante do Termo de Referência, facultando-se ao licitante a participação em quantos itens forem de seu interesse.
- **2.2.** Não serão aceitos preços unitários acima dos valores máximos orçados pela administração para cada item.

3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

- **3.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).
 - **3.1.1.** Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicaf até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.
- **3.2.** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso,



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

aindaque por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreçãoou aqueles se tornem desatualizados.

- **3.4.** A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.
- **3.5.** Estarão definidos no Termo de Referência (ANEXO), os itens cuja participação seja exclusiva e/ou que tenha cota reservada, para microempresas, empresas de pequeno porte e as equiparadas a estas por lei, nos termos do <u>art. 48 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006</u>.
- **3.6.** Os itens poderão ser divididos em cota principal e cota reservada e/ou exclusiva à participação demicroempresas, empresas de pequeno porte e equiparadas.
 - **3.6.1.** As cotas principal e reservada e/ou exclusiva serão licitadas pela Unidade Compradora de forma simultânea e independente.
 - **3.6.2.** Se a mesma licitante vencer a cota principal e a cota reservada, referente ao mesmo produto/serviço o(a) Agente de Contratação/Pregoeiro(a) negociará com a licitante provisoriamente classificada em primeiro lugar, para que a contratação de ambas as cotas ocorra pelo valor menor, sob pena de desclassificação.
 - **3.6.3.** A obtenção do benefício a que se refere o item 4.5 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte ou equiparadas, que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte.
- **3.7.** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no <u>artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual MEI, nos limites previstos da <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u> e do Decreto n.º 8.538, de 2015 e o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.8.** Não poderão disputar esta licitação:
 - **3.8.1.** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);
 - **3.8.2.** autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;
 - **3.8.3.** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários:
 - **3.8.4.** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **3.8.5.** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;
- **3.8.6.** empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;
- **3.8.7.** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casosvedados pela legislação trabalhista;
- **3.8.8.** agente público do órgão ou entidade licitante;
- **3.8.9.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público OSCIP, atuando nessa condição;
- **3.8.10.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agentepúblico do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos dalegislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.
- **3.9.** O impedimento de que trata o item 4.8.4 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.
- **3.10.** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 4.8.2 e 4.8.3 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.
- **3.11.** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.
- **3.12.** O disposto nos itens 4.8.2 e 4.8.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.
- **3.13.** Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termosda Lei nº 14.133/2021.
- **3.14.** A vedação de que trata o item 4.8.8 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

lances e de julgamento.

- **4.2.** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.
- **4.3.** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:
- **4.3.1.** está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta, vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;
 - **4.3.2.** não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7°, XXXIII, da Constituição;
 - **4.3.3.** não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;
 - **4.3.4.** cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- **4.4.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.
- **4.5.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei n.º14.133, de 2021.
 - **4.5.1.** no item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item;
 - **4.5.2.** nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo "não" apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na <u>Lei Complementar nº 123, de 2006</u>, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.
- **4.6.** A falsidade da declaração de que trata os itens 5.3 ou 5.5 sujeitará o licitante às sanções previstasna <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, e neste Edital.
- **4.7.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- **4.8.** Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.
- 4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

- **4.10.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedeceráàs seguintes regras:
 - **4.10.1.** a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e
 - **4.10.2.** os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.
- **4.11.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:
 - **4.11.1.** valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e
 - **4.11.2.** percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.
- **4.12.** O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do item 5.10 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- **4.13.** Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.
- **4.14.** O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

- **5.1.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:
 - **5.1.1.** Valor unitário e total do item;
 - **5.1.2.** Marca/modelo e fabricante;
 - **5.1.3.** Quantidade cotada;
- **5.2.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.
- **5.3.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação de cada item.
- **5.4.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.
- 5.5. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

- **5.6.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.
- **5.7.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- **5.8.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.
 - **5.8.1.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **90 (noventa)** dias, a contar da data de sua apresentação.
 - **5.8.2.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;
 - **5.8.3.** Caso o critério de julgamento seja o de maior desconto, o preço já decorrente da aplicação do desconto ofertado deverá respeitar os preços máximos previstos neste edital.
- **5.9.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do <u>art. 71, inciso IX, da Constituição</u>; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- **6.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- **6.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- **6.3.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.
- **6.4.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- **6.5.** O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item
- **6.6.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- **6.7.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ou percentual de desconto superior ao



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

- **6.8.** O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser R\$ 0,01 (um centavo) em cada item dos lotes 01 a 03 e R\$ 1,00 (um real) em cada item do lotes 01.
- **6.9.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- **6.10.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- **6.11.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
 - **6.11.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período deduração da sessão pública.
 - **6.11.2.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - **6.11.3.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - **6.11.4.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - **6.11.5.** Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- **6.12.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "aberto e fechado", os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado.
 - **6.12.1.** A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.
 - **6.12.2.** Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superior àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.
 - **6.12.3.** No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.
 - **6.12.4.** Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **6.12.5.** Após o término dos prazos estabelecidos nos itens anteriores, o sistema ordenará e divulgaráos lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.13.** Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa "fechado e aberto", poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.
 - **6.13.1.** Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 7.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novoslances sucessivos.
 - **6.13.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
 - **6.13.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.
 - **6.13.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.
 - **6.13.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.
 - **6.13.6.** Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.
- **6.14.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.
- **6.15.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.
- **6.16.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.
- **6.17.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.
- **6.18.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.
- **6.19.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.
- **6.20.** Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar- se o disposto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015, respeitado o disposto no art. 4 da Lei nº 14.133, de 2021.

- **6.20.1.** Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.
- **6.20.2.** A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.
- **6.20.3.** Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.
- **6.20.4.** No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- **6.21.** Para fins de desempate, será utilizada a seguinte regra:
 - 1º) aplicação da preferência das MPEs nos casos de empate ficto; disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova propostaem ato contínuo à classificação;
 - **2º)** de modo subsequente, a aplicação do artigo 60 da Lei 14.133/2021 e respectiva regulamentação, se houver;
 - **3º)** ainda assim persistindo o empate, será realizado o sorteio entre as empatadas pelo Pregoeiro, de modo eletrônico, utilizando o recurso da própria Compras.gov.br.
- **6.22.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.
 - **6.22.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
 - **6.22.2.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
 - **6.22.3.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
 - **6.22.4.** O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

6.23. Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

7. DA FASE DE JULGAMENTO

- **7.1.** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificadoem primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no <u>art.</u> 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 4.8 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:
 - **7.1.1.** SICAF;
 - **7.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/ceis);
 - **7.1.3.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União(https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep);
 - **7.1.4.** Cadastro de Apenados pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-na-relacao-de-apenados).
- **7.2.** A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o <u>artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992</u>.
- **7.3.** Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório deOcorrências Impeditivas Indiretas. (IN nº 3/2018, art. 29, caput)
 - **7.3.1.** A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimentosimilares, dentre outros. (IN nº 3/2018, art. 29, §1º).
 - **7.3.2.** O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).
 - **7.3.3.** Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.
 - **7.3.4.** Cadastro de Apenas pelo tribunal de Contas do Estado de São Paulo (https://www.tce.sp.gov.br/pesquisa-relacao-apenados)
- **7.4.** Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.
- **7.5.** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com o item 5.5 deste edital.
- **7.6.** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.
- **7.7.** Será desclassificada a proposta vencedora que:



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **7.7.1.** contiver vícios insanáveis;
- **7.7.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;
- **7.7.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para acontratação;
- **7.7.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;
- **7.7.5.** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.
- **7.8.** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexequibilidade das propostas valores inferioresa 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.
 - **7.8.1.** A inexequibilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência dopregoeiro, que comprove:
 - **7.8.1.1.** que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e
 - **7.8.1.2.** inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.
- **7.9.** Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.
- **7.10.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;
 - **7.10.1.** O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;
 - **7.10.2.** Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.
- **7.11.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá sercolhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.
- **7.12.** Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- **7.13.** A licitante que vencedora do certame deverá apresentar na assinatura do contrato nota fiscal ou orçamento do produto para fins de apuração do preço de custo e da margem de lucro.

8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021, osseguintes documentos:

8.2. DA HABILITAÇÃO JURÍDICA

8.2.1. Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

da Junta Comercial da respectiva sede;

- **8.2.2. Microempreendedor Individual MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor;
- **8.2.3.** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores:
- **8.2.4. Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.
- **8.2.5. Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- **8.2.6.** Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, comaverbação no Registro onde tem sede a matriz
- **8.2.7. Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- **8.2.8.** Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.3. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

- **8.3.1.** Inscrição no cadastro nacional da pessoa jurídica (CNPJ);
- **8.3.2.** Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria- Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasile da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- **8.3.3.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- **8.3.4.** Prova de **inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 8.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e/ou Distrital e/ou



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Municipal¹ relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objetocontratual;

- **8.3.6.** Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e/ou Distrital e/ou Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- **8.3.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos [Estadual/Distrital] ou [Municipal/Distrital] relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- **8.3.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.4. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO FINANCEIRA:

- **8.4.1.** A licitante deverá apresentar Certidão negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sededa pessoa jurídica, com data de emissão de no máximo 90 (noventa) dias anteriores à data da abertura da sessão, ou que esteja dentro do prazo de validade expresso na própria certidão;
- **8.4.2.** Comprovação de Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação anual;
- **8.4.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.
- **8.4.4.** As empresas que estiverem em processo de recuperação judicial deverão apresentar na fasede habilitação o Plano de Recuperação já homologado pelo juízo competente e em pleno vigor, nostermos da Súmula 50 do TCE/SP:

8.5. DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- **8.5.1.** Certidão ou Registro atualizado, em pleno vigor do Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina CRM ou equivalente;
- **8.5.2.** Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens em características, quantidades e prazos compatíveis com o objeto desta licitação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de Atestados de Capacidade Técnica com no mínimo 50% de atendimento aos itens solicitados (por lote) e, prazo não inferior a 03 (três) anos de execução de contrato, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, nos termos do Termo de Referência Anexo I do Edital:
- **8.5.3.** Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante;

8.6. DAS DECLARAÇÕES DIVERSAS:

8.6.1. Juntamente aos demais documentos de habilitação a licitante deverá apresentar as declarações no Anexo IV – Declaração Geral.

¹ conforme orientação do TCESP no TC nº023634.989.21-4 - a exigência de comprovação da regularidade fiscal (Estadual e Municipal) deve se limitar aos tributos decorrentes do ramo de atividade da licitante, compatível com o objeto contratual.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **8.7.** A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF, desde que conste todas as informações exigidas.
- **8.8.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados diretamente no Departamento de Compras e Licitações, em cópias simples acompanhadas dos originais para autenticação por servidores ou, via correio em cópias autenticadas por qualquer meio legalmente permitidos, ou ainda pelo sistema ou e-mail digitalizados e autenticados por meios digitais.
- **8.9.** A habilitação poderá ser verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- **8.10.** A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.
 - **8.10.1.** Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **02 (DUAS) HORAS**, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão e prorrogáveis por igual período, mediante solicitação justificada e no máximo até 30 minutos antes do término do prazo inicial.
 - **8.10.2.** A verificação no SICAF ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.
 - **8.10.3.** Os documentos relativos à regularidade fiscal somente serão exigidos, em qualquer caso, emmomento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.
- **8.11.** Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (<u>Lei 14.133/21, art. 64</u>, e <u>IN 73/2022, art. 39, §4º</u>):
 - **8.11.1.** Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
 - **8.11.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;
- **8.12.** Na análise dos documentos de habilitação, Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.
- **8.13.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital.
- **8.14.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

2021.

- **9.2.** O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.
- **9.3.** Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:
 - **9.3.1.** a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;
 - **9.3.2.** o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.
 - **9.3.3.** o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;
 - **9.3.4.** na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.
- **9.4.** Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.
- **9.5.** O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **9.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.
- **9.7.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.
- **9.8.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida atéque sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **9.9.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

- **10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:
 - **10.1.1.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
 - **10.1.2.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a propostaem especial quando:
 - **10.1.2.1.** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
 - **10.1.2.2.** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
 - **10.1.2.3.** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
 - **10.1.3.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quandoconvocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - **10.1.3.1.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

a aceitarou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

- **10.1.4.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaraçãofalsa durante a licitação
- **10.1.5.** fraudar a licitação
- **10.1.6.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:
 - **10.1.6.1.** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
 - **10.1.6.2.** induzir deliberadamente a erro no julgamento;
 - 10.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação
 - **10.1.8.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.
- **10.2.** Com fulcro na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
 - **10.2.1.** advertência:
 - **10.2.2.** multa:
 - **10.2.3.** impedimento de licitar e contratar e
 - **10.2.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- **10.3.** Na aplicação das sanções serão considerados:
 - **10.3.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida.
 - **10.3.2.** as peculiaridades do caso concreto
 - **10.3.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes
 - **10.3.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública
 - **10.3.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **10.4.** A multa será recolhida em percentual incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazomáximo de **30 (trinta) dias** úteis, a contar da comunicação oficial.
 - **10.4.1.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2, a multa será de 10% do valor do contratolicitado.
 - **10.4.2.** Para as infrações previstas no item 13.1.3, a multa será de 20% do valor do contrato licitado.
 - **10.4.3.** Para as infrações previstas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, a multa será de 30% do valor do contrato licitado.
- **10.5.** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

- **10.7.** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazomáximo de 3 (três) anos.
- **10.8.** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 13.1.4, 13.1.5, 13.1.6, 13.1.7 e 13.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.1.1, 13.1.2 e 13.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.
- **10.9.** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
- **10.10.** A apuração de responsabilidades relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
- **10.11.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
- **10.12.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
- **10.13.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida atéque sobrevenha decisão final da autoridade competente.
- **10.14.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Leinº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

certame.

- **11.2.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.
- **11.3.** A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, devendoneste caso o pedido ser encaminhado através do e-mail <u>licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br</u>
 - **11.3.1.** A impugnação e/ou esclarecimento será considerada recebida após o efetivo recebimento e registro da mensagem eletrônica diretamente no equipamento de informática/servidor da Prefeitura.
- **11.4.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.
 - **11.4.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivadapelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.
- **11.5.** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- **12.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- **12.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.
- **12.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horáriode Brasília DF.
- **12.4.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- **12.5.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- **12.6.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- **12.7.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- **12.8.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos, da plataforma ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- **12.10.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas(PNCP) e endereço eletrônico https://www.laranjalpaulista.sp.gov.br/.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **12.11.** Abaixo seguem prazos:
- **12.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
 - 12.12.1. ANEXO I Termo de Referência
 - 12.12.2. ANEXO II Estudo Técnico Preliminar
 - **12.12.3.** ANEXO III Modelo de Proposta Comercial
 - **12.12.4.** ANEXO IV Declaração Geral
 - **12.12.5.** ANEXO V Roteiro da Prova de Conceito
 - **12.12.6.** ANEXO VI Minuta do Contrato
 - 12.12.7. ANEXO VII ANEXO LC-01 TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

Laranjal Paulista, 26 de novembro de 2024.

Alcides de Moura Campos Junior

Prefeito Municipal





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Pregão Eletrônico 037/2024 - Processo 318/2024 ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO:

A presente licitação se refere à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de especialidades médicas, odontológicas e de exames complementares, que serão utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde, através do CAED, Centro de Atendimento Especializado e Diagnósticos, Centro de Especialidades Odontológicas e Centro de Atendimento ao Portador de TEA (Transtorno do Espectro Autista), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. Classificação dos bens e serviços

O objeto, ora licitado, se enquadra na descrição de aquisição de objeto comum, aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos, por meio de especificações usuais do mercado.

1.2. Tipo de licitação

Pregão Presencial, nos termos do art. 6, inc. XLI, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.2. Critério de julgamento

Menor Preço, nos termos do art. 33, inc. I, da Lei Federal n.º 14.133/2021.

1.4. Divisão da licitação

Adjudicação por grupo

2. DAS JUSTIFICATIVAS

A contratação acima descrita está sendo solicitada nos termos das especificações técnicas e informações complementares que a acompanham, motivada por:

Considerando-se o papel do município no processo de gestão da Saúde Pública e na consolidação descentralizada do Sistema Único de Saúde (SUS), por meio de ações voltadas às Políticas Públicas, e no intuito de assegurar de forma contínua o acesso integral da população à Promoção da Saúde como um todo;

Fortalecidos pela necessidade de promover atendimento médico especializado aos munícipes que procuram diariamente as Unidades de Saúde da Atenção Básica e frequentemente são encaminhamentos para atendimentos especializados, sendo que são insuficientes as vagas ofertadas pelo serviço de referência, AME de Botucatu, fazendo com que a demora por consultas e exames se estenda por meses ou em alguns casos, anos;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Diante da dificuldade de preenchimento de vagas de médicos especializados no quadro de cargos efetivos da Administração, bem como por se tratar de um município de porte pequeno, com pouca oferta de profissionais especializados e/ou empresas especializadas em diagnósticos por exames, que possam suprir as necessidades locais, realiza-se a contratação através do processo licitatório, pelo menor preço por lote, e que atenda às necessidades da população, afim de manter a continuidade dos atendimentos médicos especializados aos munícipes.

Cabe ainda citar que é de fácil constatação que, pelo princípio da descentralização, compete aos municípios grande parte das incumbências do SUS, com o apoio técnico e financeiro da União e dos Estados.

Dessa maneira, cabe aos gestores e secretários municipais de Saúde fazer o levantamento das disponibilidades físicas, financeiras e humanas da rede pública sob sua gestão, e garantir a universalidade e integralidade do acesso da população própria e referenciada aos serviços de saúde, considerando a demanda existente, através de ações próprias ou utilizando-se da colaboração de terceiros no cumprimento deste mandamento constitucional, sendo que é de conhecimento público que os municípios de pequeno porte, como é o caso, com grande frequência não dispõem de recursos humanos suficientes para a oferta de serviços de saúde especializados, tendo em contrapartida as necessidades de prestar atendimento à população.

Assim, a contratação dos serviços especializados de Saúde, se tornam imprescindíveis e fundamentais na determinação de diagnósticos e tratamento dos pacientes, como também vem a suprir as demandas reprimidas no que tange às consultas especializadas, exames diagnósticos e laudos, além de outros procedimentos da Atenção Especializada, requerendo, portanto, essa prestação de serviço junto ao mercado fornecedor, uma vez que esses tipos de serviços são encontrados com maior frequência e facilidade nos grandes ou médios centros.

Face ao exposto, entende-se devidamente justificada a presente licitação para contratação de empresa médica especializada, a qual virá a fornecer consultas médicas e odontológicas especializadas, exames diagnósticos e laudos, além dos procedimentos especificados neste documento.

3. DA PROPOSTA

3.1. No valor proposto já deverão estar inclusas todas as despesas relativas à aquisição dos produtos, objeto desta licitação: obrigações e encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, tributários, contribuições fiscais e parafiscais, emolumentos, despesas administrativas, operacionais, custos de pessoal especializado, seguros de acidente de trabalho e/ou outros, despesas de locomoção, combustível, materiais e equipamentos necessários à confecção dos produtos, tarifas, fretes, lucros,



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

responsabilidade civil e demais despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os produtos, objeto deste certame.

4. DA ENTREGA E/OU LOCAL DO SERVIÇO

- **4.1.** O prazo de início dos serviços a serem desenvolvidos para a Contratante deverá acontecer em <u>no</u> <u>máximo</u> de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura dos contratos decorrentes do Pregão Eletrônico proveniente deste documento.
- **4.2.** As consultas e procedimentos médicos e odontológicos deverão ser realizados de segunda a sextafeira, no horário das 7h às 16h, com <u>agendas semanais</u>, informadas no início do cumprimento do <u>contrato</u>, impreterivelmente, e nos locais designados neste documento. Em caso de dúvidas, entrar em contato com a Secretaria da Saúde no número (15) 3283-4600.
- **4.3.** Mensalmente a(s) empresa(s) contratada(s) deverá (ão) apresentar à Secretaria da Saúde relatório de execução do contrato, onde conste os atendimentos realizados, por especialidade, com dados dos pacientes (obedecendo às normas da Lei Geral de Proteção de Dados LGPD), data do atendimento e índice de absenteísmo. O prazo de entrega dos relatórios será de até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada mês.
- **4.4.** O prazo de início dos serviços a serem desenvolvidos para a Contratante deverá acontecer em <u>no</u> <u>máximo</u> de 05 (cinco) dias úteis, contados da data da assinatura dos contratos decorrentes do Pregão Eletrônico proveniente deste documento.
- **4.5.** As consultas e procedimentos médicos e odontológicos deverão ser realizados de segunda a sextafeira, no horário das 7h às 16h, com <u>agendas semanais</u>, informadas previamente, no início do cumprimento do contrato, impreterivelmente, e nos locais designados neste documento. Em caso de dúvidas, entrar em contato com a Secretaria da Saúde pelo número (15) 3283-4600.
- **4.6.** Mensalmente a(s) empresa(s) contratada(s) deverá (ão) apresentar à Secretaria da Saúde relatório de execução do contrato, onde conste o número de atendimentos realizados, por especialidade, os nomes dos pacientes atendidos e datas e o índice de absenteísmo. O prazo de entrega dos relatórios será de até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada mês.
- **4.7.** Nas notas fiscais deverão constar o mês de referência, o número do Pregão Eletrônico; número do lote e a descrição resumida dos serviços prestados e, encaminhadas por e-mail à Secretaria Municipal de Saúde, no endereço eletrônico: **admsaudelaranjal@laranjalpaulista.sp.gov.br** .
- **4.8.** As consultas, procedimentos e exames deverão ser realizados por profissionais com <u>título de especialização</u> ou <u>certificado de pós graduação lato sensu</u>. A comprovação de cada especialidade deverá ser feita mediante entrega de cópia dos títulos ou certificados ao setor de Licitações até a assinatura do contrato, <u>impreterivelmente</u>, sem o quê o mesmo não poderá ser assinado.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **4.9.** Em caso de substituição do prestador de serviços, a(s) empresa(s) contratada(s), deverá (ão) informar por e-mail à Secretaria da Saúde com antecedência mínima de 05 dias úteis, para reorganização das agendas. Neste caso, prevalece a exigência do item **4.8.** e os comprovantes da especialidade profissional deve ser enviado à Secretaria da Saúde no ato da comunicação de substituição.
- **4.10.** Sugere-se a visita técnica aos locais onde serão prestados os serviços, conforme descrito neste documento, para melhor conhecimento e informação acerca da estrutura e equipamentos existentes.

5. DA DESCRIÇÃO DO OBJETO LICITADO

Lote 01										
Item	CATSER	Descrição	Qtde.	Qtde.	Valor	Valor	Valor Anual			
110111	O/ (I OL) (2000.1940	Mensal	Anual	Unitário	Mensal	valor / lindar			
1	6068	Consulta - Cardiologia	Até 200	2.400	R\$ 119,80	R\$ 23.960,00	R\$ 287.520,00			
2	13978	Consulta - Ortopedia	Até 200	2.400	R\$ 119,80	R\$ 23.960,00	R\$ 287.520,00			
3	16594	Consulta - Oftalmologia	Até 200	2.400	R\$ 119,80	R\$ 23.960,00	R\$ 287.520,00			
4	6130	Consulta - Neurologia	Até 100	1.200	R\$ 119,80	R\$ 11.980,00	R\$ 143.760,00			
5	6122	Consulta - Infectologia	Até 50	600	R\$ 119,80	R\$ 5.990,00	R\$ 71.880,00			
6	6076	Consulta - Endocrinologia	Até 120	1.440	R\$ 119,80	R\$ 14.376,00	R\$ 172.512,00			
7	5940	Consulta - Otorrinolaringologia	Até 120	1.440	R\$ 119,80	R\$ 14.376,00	R\$ 172.512,00			
8	6165	Consulta - Psiquiatria	Até 360	4.320	R\$ 119,80	R\$ 43.128,00	R\$ 517.536,00			
9	6599	Consulta - Vascular	Até 80	960	R\$ 119,80	R\$ 9.584,00	R\$ 115.008,00			
10	11100	Consulta - Dermatologia	Até 120	1.440	R\$ 248,00	R\$ 29.760,00	R\$ 357.120,00			
11	6130	Consulta - Neuropediatria	Até 80	960	R\$ 347,00	R\$ 27.760,00	R\$ 333.120,00			
12	24422	Consulta - Urologia	Até 120	1.440	R\$ 159,20	R\$ 19.104,00	R\$ 229.248,00			
13	6084	Consulta - Gastroenterologia	Até 120	1.440	R\$ 178,00	R\$ 21.360,00	R\$ 256.320,00			
				Total	do Lote 01	R\$ 3.231.576,00				
Lote 02										
Item	CATSER	Descrição	Qtde.	Qtde.	Valor	Valor	Valor Anual			
iteiii			Mensal	Anual	Unitário	Mensal	Valor Alluar			
1	5908	Atendimento - Cirurgião Dentista/ Clínica geral	Até 200	2400	R\$ 119,50	R\$ 23.900,00	R\$ 286.800,00			
2	5908	Procedimento - Buco Maxilo Facial	Até 50	600	R\$ 397,20	R\$ 19.860,00	R\$ 238.320,00			
3	5908	Procedimento - Endodontia	Até 50	600	R\$ 397,20	R\$ 19.860,00	R\$ 238.320,00			
	Total do Lote 02						R\$ 763.440,00			
Lote 03										



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Item	CATSER	Descrição	Qtde.	Qtde.	Valor	Valor	Valor Anual				
			Mensal	Anual	Unitário	Mensal	valoi Alluai				
1	10189	Exames/laudos - Ultrassonografia	Até 400	4.800	R\$ 119,50	R\$ 47.800,00	R\$ 573.600,00				
2	6564	Exames/laudos - Ecocardiograma	Até 80	960	R\$ 296,70	R\$ 23.736,00	R\$ 284.832,00				
3	6521	Exames/laudos - Holter	Até 40	480	R\$ 398,20	R\$ 15.928,00	R\$ 191.136,00				
4	6505	Exames/laudos - Teste ergométrico	Até 40	480	R\$ 398,20	R\$ 15.928,00	R\$ 191.136,00				
5	6718	Exames/laudos - Mapa cardiológico	Até 40	480	R\$ 398,20	R\$ 15.928,00	R\$ 191.136,00				
6	30131	Exames/laudos - Eletroencefalograma	Até 40	480	R\$ 299,50	R\$ 11.980,00	R\$ 143.760,00				
7	30015	Exames/laudos - Espirometria	Até 40	480	R\$ 249,60	R\$ 9.984,00	R\$ 119.808,00				
				Total	do Lote 03	R\$ 1.695.408,00					
Lote 04											
Item	CATSER	Descrição		Qtde.		Valor Mensal	Valor Anual				
1	5967	Fonoaudiologo	20	20 Horas Semanais		R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00				
2	19968	Terapeuta Ocupacional	20	20 Horas Semanais		R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00				
3	5568	Fisioterapeuta	20	20 Horas Semanais		R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00				
4	12564	Psicologo	20 Horas Semanais		R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00					
5	15490	Psicopedagogo	20 Horas Semanais		R\$ 11.800,00	R\$ 141.600,00					
			<u> </u>	Total do Lote 04		R\$ 708.000,00					
Total Geral R\$ 6.398.424,00											

6. CRITÉRIO DE HABILITAÇÃO

6.1. As licitantes deverão encaminhar a seguinte documentação para fins de habilitação:

6.1.1. Habilitação Jurídica

- I Registro Comercial, Certificado da Condição de Microempreendedor Individual CCMEI, Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social e suas alterações, se houver, devidamente registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedades comerciais, acompanhado, no caso de sociedade por ações, de documento de eleição de seus atuais administradores; inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova da diretoria em exercício; ou decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, em vigor.
- **a)** O licitante poderá apresentar a versão consolidada do documento solicitado acima, devendo vir acompanhado de todas as alterações posteriores, caso houver.
- **b)** Somente será(ão) habilitado(s) a(s) licitantes(s) que apresentar(em), além de toda a documentação exigida, o ramo pertinente ao objeto desta contratação no seu objeto social.





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

c) O Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI somente será exigido quando permitida a participação do MEI, situação que pode ser verificada na tabela do Anexo I deste Termo de Referência.

6.1.2. Habilitação Fiscal

- I Prova de Regularidade com a Fazenda Federal, mediante a apresentação da Certidão de Tributos e Contribuições Federais e Dívida Ativa da União, abrangendo inclusive as contribuições sociais previstas nas alíneas 'a' a 'd' do parágrafo único do art. 11 da Lei n.º 8.212, de 24 de julho de 1991, em vigor.
- II Prova de Regularidade com a Fazenda Estadual ou Municipal conforme o objeto, em vigor.
- **III -** Prova de Regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, FGTS, em vigor, demonstrando a situação regular ao cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei.

6.1.3. Habilitação Trabalhista

I - Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação da Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, em vigor.

6.1.4. Qualificação Econômico-Financeira

- I Certidão Negativa de Falência, Concordata ou de Recuperação Judicial (Lei n.º 11.101/2005), em vigor, expedida pelo distribuidor da comarca da matriz da pessoa jurídica.
- II Comprovação de Capital Social mínimo de 10% (dez por cento) do valor da contratação anual;
- III balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios sociais.

6.1.5. Qualificação Técnica

Atestado(s) de capacidade técnica em nome da licitante, que comprove(m) que a empresa tenha fornecido para órgão ou entidade da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal, ou ainda, para empresas privadas, serviços semelhantes ao do presente objeto.

As empresas interessadas deverão apresentar Atestado de Capacidade Técnica com no mínimo 50% de atendimento aos itens solicitados (por lote) e, prazo não inferior a 03 (três) anos de execução de contrato.

Certidão ou Registro atualizado, em pleno vigor do Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Medicina - CRM ou equivalente

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

7.1. O pagamento para a quantidade solicitada será efetuado, mediante a entrega dos produtos, acompanhado da respectiva Nota Fiscal, até 15 (quinze) dias consecutivos após a data de Recebimento do objeto pelo servidor responsável, o qual ocorrerá mediante aporte da assinatura e data no documento fiscal.

- **7.2.** A licitante vencedora deverá emitir documento fiscal em conformidade com a legislação tributária, sob pena de devolução para que haja o acerto do faturamento.
- **7.2.1** Na hipótese de existência de erros na nota fiscal de cobrança e/ou outra circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento será interrompido e ficará pendente até que a licitante vencedora adote as medidas saneadoras, voltando a correr na sua íntegra após a licitante vencedora ter solucionado o problema, seguindo a legislação vigente quanto a ordem cronológica de pagamentos da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista.
- **7.3.** Serão retidos na fonte os tributos e as contribuições elencados nas disposições determinadas pelos órgãos fiscais e fazendários, em conformidade com as instruções normativas vigentes.
- **7.4.** A retenção do tributo de que trata a Instrução Normativa RFB n.º 1.234/2012 não será efetuada caso a licitante vencedora apresente, na entrega da nota de empenho, declaração de que é regularmente inscrita no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Simples Nacional, conforme exigido no inciso XI do artigo 4º e modelo constante no anexo IV da IN n.º 1.234/2021, devendo ser atualizada anualmente pela licitante vencedora.
- **7.4.1.** Enquanto a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista não possuir convênio firmado com a Receita Federal do Brasil nos termos da portaria SRF n.º 1.454/2004 referente a retenção dos tributos disciplinados no artigo 1º da IN SRF n.º 475/2004, as notas fiscais não devem ser faturadas com a retenção de PIS, COFINS e CSLL.
- **7.5.** Quando os recursos para execução do objeto forem oriundos de convênios, contratos de repasse e financiamentos, os pagamentos ficarão condicionados também ao repasse dos recursos pelo respectivo órgão concedente.
- **7.6.** Para fins de pagamento, a licitante vencedora, deverá informar no corpo da nota fiscal o banco, o n.º da agência e o n.º da conta, na qual será realizado o depósito correspondente. A referida conta deverá estar em nome da pessoa jurídica, ou seja, da licitante vencedora. Não serão realizados pagamentos por meio de boleto bancário.
- **7.6.1 -** A emissão da nota fiscal deverá observar as disposições do Decreto Municipal nº 4.450 de 14 de agosto de 2023, notadamente no sentido de informar no documento fiscal a alíquota e respectivo valor do IRRF.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

7.7. Para fins de adjudicação, homologação e empenho, o preço do item/grupo poderá sofrer, automaticamente, uma pequena variação **para menos**, resultante da necessidade de serem obtidos valores unitários com até duas casas decimais, sendo que serão desconsideradas todas as casas posteriores à segunda.

8. DO REAJUSTE

- **8.1.** Os valores da proposta somente poderão sofrer reajustes, a requerimento, após o período de 01 (um) ano, com base na variação do **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA)**, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia (IBGE), nos termos da Lei n.º 9.069 de 29/06/1995 e Lei n.º 10.192 de 14/02/2001, contados da data da apresentação da proposta.
- **8.1.1.** O reajuste deverá ser pleiteado, protocolizando-o na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, até o término do contrato ou até a data da prorrogação contratual subsequente, sendo que, se não for de forma tempestiva, haverá a preclusão do direito ao reajuste.

9. DA VIGÊNCIA DO CONTRATO

- **9.1.** O contrato entrará em vigor na data de publicação de sua súmula na imprensa oficial e vigerá por 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado com base no artigo 105 da Lei nº 14.133/2021 e suas alterações, desde que haja autorização formal da autoridade competente e mediante os seguintes requisitos:
- a) relatório favorável da comissão de recebimento e fiscalização dos serviços, com anuência da autoridade competente, de que os serviços tenham sido prestados regularmente e haja vantajosidade na prorrogação do contrato;
- **b)** demonstração de que o valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração;
- c) a licitante manifeste expressamente interesse na prorrogação, comprovando que mantém todas as condições de habilitação e qualificação.

10. DAS OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA

Compete à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista:

- **10.1.** receber, fiscalizar, orientar, impugnar, dirimir dúvidas emergentes da execução do objeto contratado;
- **10.2.** receber os serviços e lavrar termo de recebimento provisório. Se o serviço contratado não estiver de acordo com as especificações da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, rejeitá-lo, no todo ou em parte. Do contrário, após a análise de compatibilidade entre o contratado e o efetivamente entregue,



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

será lavrado o termo de recebimento definitivo;

- **10.3.** comunicar à licitante vencedora, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no serviço prestado, para que seja substituído, reparado ou corrigido.
- **10.4.** efetuar o pagamento à licitante vencedora no valor correspondente a prestação dos serviços, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência.
- **10.5.** A Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela licitante vencedora com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da licitante vencedora, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11. DAS OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA

- **11.1.** A licitante vencedora cumprirá todas as obrigações constantes no Termo de Referência e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:
- 11.2. proceder a prestação de serviços no prazo e condições fixados neste Termo de Referência;
- **11.3.** considerar os preços propostos completos e suficientes para a prestação dos serviços objeto desta licitação, sendo desconsiderada qualquer reivindicação de pagamento adicional devido a erro ou à má interpretação de parte da licitante;
- **11.4.** arcar com os encargos previdenciários, fiscais (ICMS e outros), comerciais, trabalhistas, tributários, itens, embalagens, tarifas, fretes, seguros, descarga, transporte, material, responsabilidade civil e outros resultantes do contrato, bem como os riscos atinentes à atividade, inclusive quaisquer despesas que venham a incidir sobre os itens, objeto desta licitação;
- **11.5.** entende-se por encargos os tributos (impostos, taxas), contribuições fiscais e parafiscais, os instituídos por leis sociais, emolumentos, fornecimento de mão de obra especializada, administração, lucros, equipamentos e ferramental, transporte de material e de pessoal, estada, hospedagem, alimentação e qualquer despesa, acessória e/ou necessária, não especificada neste Termo de Referência.
- **11.6.** indenizar terceiros e à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista os possíveis prejuízos ou danos, decorrentes de dolo ou culpa, durante a execução do contrato;
- 11.7. arcar com todas as despesas necessárias à execução do serviço contratado;
- 11.8. cumprir fielmente o contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **11.9.** refazer os serviços que forem recusados no prazo estabelecido neste Termo de Referência, ou não sendo possível, indenizar o valor correspondente acrescido de perdas e danos, mediante toda e qualquer impugnação feita pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

11.10. fornecer informações e dados sobre a prestação dos serviços, conforme solicitação da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, nos prazos fixados;

- **11.11.** manter todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- **11.12.** responder pela qualidade, quantidade, perfeição, segurança e demais características do objeto, bem como a observação às normas técnicas;
- **11.13.** informar ao setor de compras da Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, durante o período de vigência do contrato, qualquer alteração de endereço, telefone, correio eletrônico (e-mail) ou outros dados.

12. DO ATENDIMENTO AO DISPOSTO NA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS - LEI N. 13.709/2018 (LGPD)

- **12.1.** A licitante vencedora fica obrigada a:
- a) cumprir as solicitações da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);
- **b)** cumprir com o estabelecido pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista para o tratamento de dados e dentro das finalidades necessárias ao cumprimento do objeto contratado;
- c) guardar o mais absoluto sigilo sobre os dados pessoais que lhes forem confiados por força da execução do contrato, estendendo tal obrigação a eventuais empregados, assumindo a responsabilidade e as consequências advindas da sua divulgação não autorizada ou utilização indevida, inclusive cível e penal;
- d) não utilizar os dados obtidos por meio desse ajuste para finalidade diversa;
- e) notificar a Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista em caso de vazamento de dados que conduza à destruição, perda, alteração ou divulgação não autorizada de dados, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas contadas da descoberta da referida violação;
- f) fornecer informações úteis à Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista sobre a natureza e âmbito dos Dados Pessoais possivelmente afetados e as medidas corretivas tomadas ou planejadas;
- **g)** implementar medidas corretivas a fim de impedir violações e a fim de limitar o seu impacto sobre os titulares de dados, na medida do possível.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- **13.1.** Pela recusa injustificada de assinatura do Contrato, será aplicada multa na razão de 20% (vinte por cento), sobre o valor global adjudicado para o(s) item(ns), bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- 13.2. Pelo atraso injustificado de entrega dos serviços nos prazos previstos neste instrumento, será



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

aplicada multa moratória na razão de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) ao dia, sobre o valor da parcela inadimplida, até 30 (trinta) dias de atraso. Contudo, após o atraso, poderá, justificadamente, ser cancelada a nota de empenho e/ou rescindido o contrato; bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.

- **13.3.** Pela entrega dos serviços em desacordo com o solicitado, após o prazo de 24 (vinte e quatro) horas para adequação, será aplicada multa na razão de 10% (dez por cento) sobre o total da parcela inadimplida;
- **13.4.** Pela não entrega dos serviços solicitados, sem justa causa, será aplicada multa na razão de 20% (vinte por cento) da parcela inadimplida, bem como a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- **13.5.** Quando da reincidência em irregularidade já notificada pela Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, sem a pronta adequação, será aplicada a multa correspondente a infração cometida conforme subitens anteriores, acrescido de 10% (dez por cento) do valor da multa, podendo, ainda, ser cancelada a nota de empenho, rescindido o contrato e /ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no artigo 156, § 4° da Lei 14.133/21, pelo prazo de até 3 (três) anos.
- **13.6.** Será facultada à licitante, nos termos da lei, apresentação de defesa prévia, na ocorrência de quaisquer das situações previstas neste Termo de Referência.
- **13.7.** As multas e seu pagamento não eximirão a licitante de ser acionada judicialmente pela responsabilidade civil derivada de perdas e danos, decorrentes das infrações cometidas.
- 13.8. Caso a multa não seja quitada em até 30 (trinta) dias contados da emissão notificação, estará sujeita a atualização monetária com base no mesmo índice previsto no subitem de reajuste (ou de pagamento).

Laranjal Paulista, 06 de novembro de 2024

Maria Marlene Gazonato Secretária Municipal de Saúde





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Pregão Eletrônico 037/2024 – Processo 318/2024 ANEXO II ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

SECRETARIA: SAÚDE

DEPARTAMENTO: Secretaria Municipal de Saúde

RESPONSÁVEL: Maria Marlene Gazonato

OBJETO: Refere-se à escolha da proposta mais vantajosa para a contratação de empresa de consultas médicas e odontológicas especializadas e exames diganósticos complementares, que serão utilizados pela Secretaria Municipal da Saúde, através do Centro de Atendimento Especializado e Diagnósticos/CAED e Centro de Especialidades Odontológicas/CEO, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas.

DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA AQUISIÇÃO(Inciso I, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A Secretaria da Saúde necessita manter em pleno funcionamento o serviço de consultas médicas especializadas, consultas e procedimentos especializados de odontologia e a realização de exames diagnósticos complementares, oferecidos aos munícipes que fazem uso da Rede Municipal de Saúde, sob pena de graves prejuízos à saúde e que podem colocar vidas em risco e/ou o agravamento de doenças.

É de grande importância a contratação de médicos das mais variadas especialidades para a continuidade dos serviços prestados pelo Centro de Atendimento Especializado e Diagnósticos (CAED), tendo em vista que as Unidades Básicas de Saúde oferecem atendimentos de consultas com Clínicos Gerais e, no caso de necessidade de encaminhamento especializado, não é possível contar somente o serviço de referência do AME de Botucatu, visto que atende a toda região e não consegue absorver a alta demanda existente.

É de extrema importância para o amplo atendimento e demanda das necessidades que hoje os pacientes solicitam, tendo que até mesmo se deslocarem ao município vizinho (Botucatu) para conseguirem estes serviços, com relação aos pacientes, terão cobertura e acompanhamento dando maior qualidade e segurança, onde pacientes muitas vezes não conseguem seus atendimentos ou ficam aguardando, por tempo, seu agendamento.

Com esta contratação através destes valores, terá impacto significativo financeiro o qual prima pela economicidade e possibilitará maior acesso as necessidades dos usuários.

Ademais o Município de Laranjal Paulista/SP poderia oferecer para a população maior comodidade e celeridade nos atendimentos e procedimentos médicos, principalmente, em casos de maior urgência, haja vista a ausência de consultórios médicos especializados nesta cidade.

Ter médicos especialistas à disposição da população é, sem dúvidas, uma necessidade que precisa ser atendida pela Administração Pública, por isso a referida contratação é de suma importância.

A assistência à saúde é garantida pelo Sistema Único de Saúde (SUS). Para isso, toda a linha de cuidado deve ser efetiva e eficaz, desde a atenção básica até os procedimentos de alta complexidade, de forma organizada e hierarquizada, com foco na qualidade dos serviços prestados, segundo o grau de complexidade requerido. A atenção à saúde deve centrar as diretrizes na qualidade do serviço prestado aos usuários, com





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

atenção acolhedora, resolutiva e humanizada, com recursos humanos e técnicos, oferecendo, segundo o grau de complexidade de assistência requerida e sua capacidade operacional, os serviços de saúde adequados.

A execução desses serviços deve ser frequentemente avaliada para melhor atendimento aos pacientes, bem como a otimização dos recursos empregados neste tipo de assistência. Muitas vezes, faz-se necessária a readequação dos objetivos iniciais em face da realidade e necessidade encontrada.

É público e notório a necessidade de contratação de profissionais da área médica para atuar junto aos estabelecimentos de saúde municipais em Laranjal Paulista. Tendo em vista que se trata de um profissional de uma área imprescindível ao andamento nas unidades de Laranjal Paulista, a atuação deste profissional é essencial para a realização de quaisquer procedimentos médicos.

Vale salientar que, diante da grande demanda de pacientes que necessitam de assistência especializada fora do município, a dificuldade de acesso e a morosidade do sistema, além de onerar significativamente o município com transporte, estadia e alimentação, o não cumprimento de agendamento realizado previamente e a baixa resolutividade causam transtornos tanto aos pacientes quanto para a gestão. Diante do fato, não nos restou outra alternativa a não ser sugerir a contratação de empresa especializada com vistas à prestação de serviços especializados através de atendimento e acompanhamento da saúde dos munícipes de Laranjal Paulista, para atender pacientes referenciados pela Atenção Básica do SUS e as necessidades do Secretário Municipal de Saúde de Laranjal Paulista.

Nesse sentido e diante do exposto, vimos solicitar a aquisição desses serviços médicos especializados, tornando-se essencial, contínuo e ininterrupto por meio da prestação de serviços de saúde no âmbito municipal, garantindo assim o tratamento baseado nos princípios regidos pelo SUS: Universalidade, Integralidade, equidade, descentralização, regionalização, hierarquização e participação social.

REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (Inciso III, do § 1º do Artigo 18) da Lei Federal 14.133/2021).

Para os efeilos desto ETP considerom-se profissionois da CONTRATADA: os membros de seu corpo clínico e de profissionois; o profissionol que tenha vínculo de emprego com a CONTRATADA; o profissionol outônomo que, eventualmenle ou permanentemente, presta serviços à CONTRATADA, ou que por esta seja o autorizodo;

Não poderão fazer parte do corpo clínico da **CONTRATADA** os profissionais que façam parte do efetivo desta municipalidade;

A **CONTRATADA** não poderá cobrar do paciente ou de seu acompanhante qualquer complementação aos valores pagos pelos serviços prestados.

Sem prejuízo do acompanhamento, da fiscalização e da normatização suplementar exercidos pela CONTRATANTE sobre a execução do objeto deste contrato, a CONTRATADA reconhece a prerrogativa de controle e a autoridade normativa genérica da direção nacional do SUS, decorrente da Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.142/90), além das Normas Operacionais da Saúde.

É de responsabilidade exclusiva e integral da CONTRATADA a utilização de pessoal para a execução do objeto deste contrato, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais resultantes de vínculo empregatício, cujos ônus e obrigações, em nenhuma hipótese, poderão ser transferidos para a CONTRATANTE ou para o Ministério da Saúde.





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Os agendamentos dos procedimentos serão realizados por meio da Secretaria Municipal de Saúde.

A CONTRATADA se obriga a:

- a. Manter sempre atualizados os prontuários médicos dos pacientes;
- **b.** Atender os pacientes com dignidade e respeito de modo universal e igualitário, sem prejuízo da qualidade na prestação de serviços;
- **c.** Justificar ao paciente ou ao seu representante, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato profissional previsto neste projeto básico;
- d. Esclarecer aos pacientes sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- **e.** Respeitar a decisão do paciente ao consentir ou recusar a prestação de serviços de saúde, salvo nos casos de iminente perigo de vida ou obrigação legal;
- f. Garantir a confidencialidade dos dados e informações dos pacientes;
- **g.** A **CONTRATADA** é responsável pela indenização de danos causados ao paciente, aos órgãos do **SUS** e a terceiros a eles vinculados, decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência praticadas por seus empregados, profissionais ou prepostos, ficando assegurado à **CONTRATADA** o direito de regresso;
- h. Cada um dos profissionais da empresa indicará no mínimo dois números de telefone, através dos quais poderão ser contatados pelo serviço competente da Secretaria Municipal de Saúde.
- i. Cabe à **CONTRATADA** a responsabilidade de cobrar dos profissionais a ela vinculados a informação em tempo hábil sobre quaisquer mudanças ocorridas nos números de telefone indicados e informar à **CONTRATANTE** sobre as alterações ocorridas.

A aquisição a ser contratada se enquadra como prestação de serviços, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais no mercado.

A contratação possibilitará a fiscalização pela **CONTRATANTE** quanto à distribuição, controle e supervisão dos recursos alocados aos seus contratos. Deverá ser firmado entre o **PMO** e a empresa contratada o Instrumento de Medição de Resultados (IMR), a fim de balizar a execução dos serviços dentro dos padrões de qualidade acordados, inclusive a forma de faturamento de atividades que podem ser executadas de maneira simultânea.

A **CONTRATADA** deve adotar práticas de gestão que garantam os direitos trabalhistas e o atendimento às normas internas e de segurança e medicina do trabalho para seus empregados envolvidos na prestação dos serviços.

A fiscalização da execução dos serviços/produto abrange todos os procedimentos constantes relativos às metas definidas no Termo de Referência ou Contrato, sob pena de glosa do respectivo faturamento quando do não cumprimento.

A **CONTRATADA** deve manter equipamentos e demais materiais necessários à prestação dos serviços/produto em bom estado de funcionamento.

A **CONTRATADA** deverá adotar práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, conforme orientações do art. 6º do IN nº 01/2010 (Compras Sustentáveis). Os serviços serão executados pela empresa adjudicatária, não se admitindo recusa da parte dela em decorrência de sobrecarga na sua capacidade instalada.





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES DA CONTRATAÇÃO/AQUISIÇÃO (Inciso IV, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Convém esclarecer que, para fins de estimativa de custo, considerou-se o preço praticado pelo consumidor do Estado de São Paulo, de acordo com o preço médio fornecido pelo município de Laranjal Paulista, por meio do levantamento de preços, no qual os serviços e CNAE são pertinentes ao objeto e considerados no banco de dados do departamento de compras. Cabe frisar que seguimos os parâmetros exigidos no Termo de Referência, o qual requer o proposto mais vantajoso para a administração, conforme quadro anexo ao Estudo Técnico Preliminar.

LISTA DE UNIDADES DE SAUDE

- Centro de Atendimento Especializado e Diagnósticos/CAED
- Centro de Especialidades Odontológicas/CEO
- Centro de Atendimento ao Portador de TEA

PESQUISA DE MERCADO (Inciso V, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Diante da necessidade do objeto deste estudo, foi realizado o levantamento de mercado no intuito de prospectar e analisar soluções para a pretensa contratação, que atendam aos critérios de vantajosidade para a Administração sob os aspectos da conveniência, economicidade e eficiência. Para fins de orçamentação e análise de vantajosidade da solução, foram priorizados os parâmetros previstos em contratações similares de outros entes públicos. As soluções possíveis para a referida demanda seriam: Solução 1: criação de cargos e a posterior realização de concurso público. Solução 2: contratação através de processo licitatório de empresa ou entidade especializada para a prestação de serviços de consultas e procedimentos especialistas. Análise da Solução 1: A criação de novos cargos mostra-se inviável no momento, tendo em vista que, o limite prudencial de despesas com pessoal impede a criação de novos cargos no âmbito do Município. Análise da Solução 2: A contratação através de processo licitatório de empresa ou entidade especializada para a prestação de serviços de consultas permite que os atendimentos possam ser realizados nas próprias unidades de saúde do Município, facilitando o acesso e deslocamento dos pacientes, além de permitir um melhor acompanhamento do tratamento do paciente através da atualização contínua dos prontuários dos pacientes, com a inserção dos dados clínicos nos sistemas Municipais.

ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO (Inciso VI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021)

Em levantamento preliminar por meio de consulta realizada em relação aos contratos hoje existentes para o atendimento ao mesmo objeto na Prefeitura Municipal de Laranjal Paulista, foi verificado que o valor da contratação é de R\$ 472.583,80 (quatrocentos e setenta e dois mil, quinhentos e oitenta e três reais e oitenta centavos) ao ano.

DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (Inciso VII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A contratação de uma empresa ou entidade especializada através de processo licitatório, para a prestação de serviços de consultas e procedimentos é a opção mais adequada para atender às necessidades do município.





Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Essa abordagem permite que os atendimentos sejam realizados nas próprias unidades de saúde municipais, facilitando o acesso e deslocamento dos pacientes e permitindo um acompanhamento mais eficaz do tratamento através da atualização contínua dos prontuários clínicos nos sistemas municipais.

Além disso, o pagamento por consultas efetivamente realizadas garante uma gestão financeira eficiente. Diante da necessidade de manter o serviço de atendimento de especialidades no SUS do município e considerando a escassez de profissionais especializados na região, a contratação por meio de concursos públicos se torna inviável, já que esses profissionais precisariam cumprir cargas horárias diárias, o que pode gerar ociosidade dependendo da especialidade. Os últimos concursos públicos realizados pelo município para a área médica atraíram pouco interesse devido aos salários oferecidos, que são pouco competitivos em relação ao mercado.

Considerando a ampla gama de especialidades solicitadas, a contratação de uma empresa terceirizada para a prestação de serviços médicos, odontológicos e especializados em exames complementares diagnósticos, através de processo licitatório por Pregão Eletrônico, é a alternativa mais viável no momento.

JUSTIFICATIVA DO PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (Inciso VIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A aquisição do objeto deste documento será realizada por meio de **Pregão Eletrônico**, conforme estabelecido pela **Lei 14.133/2021**, com a finalidade de apurar o menor preço por lote. Esse procedimento visa garantir o menor custo oferecido pelo mercado e, consequentemente, o menor dispêndio para os cofres públicos do município, considerando que se trata de especialidades distintas nas áreas médica, odontológica e de fornecimento de exames complementares diagnósticos.

Dada a complexidade do objeto, este não pode ser considerado divisível. Portanto, o processo será realizado por lote, uma vez que os serviços são interdependentes e não se tratam de aquisição de produtos ou serviços sem nenhuma complexidade.

INFORMANDO AS CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (Inciso XI, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Não se aplica em razão de se tratar da aquisição de itens que não dependem de outra contratação para a sua execução.

INFORMANDO OS RESULTADOS PRETENDIDOS (Inciso IX, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Com a aquisição do objeto por lotes; com o cumprimento mensal dos quantitativos explicitados no Termo de Referência; bem como o atendimento a todos os demais requisitos que constam do mesmo documento, a demanda do Município será atendida satisfatoriamente e a Secretaria da Saúde oferecerá serviços médicos e odontológicos especializados e exames complementares diagnósticos à população que necessita, com maior eficiência e qualidade, e prezando pelos menores custos e o melhor uso do dinheiro público. Dessa forma, somente os casos de maior complexidade e que exijam tecnologia diferenciada serão encaminhados para a

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

referência, AME de Botucatu.

Ademais, essa secretaria irá garantir atendimento integral às crianças, adolescentes e adultos que necessitarem de consulta médica nas especialidades descritas, permitindo o diagnóstico e tratamento das doenças, fortalecendo a atenção básica de saúde no Município, trazendo mais qualidade aos serviços prestados e ampliando a capacidade de resposta às necessidades de saúde da população.

REGISTRANDO AS PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS (Inciso X, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

As providencias serão elencadas no contrato da prestação do serviço, assegurando-se o município de todos os meios legais para total execução, bem como a aplicabilidade de penas e sanções ao licitante em caso de não atendimento.

DESCREVENDO OS POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS (IncisoXII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Não se aplica por se tratar da prestação de serviços médicos e odontológicos especializados e exames diagnósticos que em nada influenciam no Meio Ambiente.

DEMONSTRANDO O ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO (Inciso II, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

A Despesa tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual do exercício de 2024 (Lei Municipal 3.472/2023) e compatibilidade com a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA. (Inciso XIII, do § 1º do Artigo 18 da Lei Federal 14.133/2021).

Declaro que a contratação é viável. As contratações dos serviços atendem o princípio da economicidade, da universalidade, da integralidade e da equidade, promovendo saúde de qualidade para o tratamento de todo o cidadão, de acordo com as diretrizes do Programa de Saúde.

Laranjal Paulista, 06 de novembro de 2024

Maria Marlene Gazonato Secretária Municipal de Saúde



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ANEXO III - MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL

(papel timbrado da empresa)

Pregão Eletrônico nº 037/2024 - Processo 318/2024

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E DE EXAMES COMPLEMENTARES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DIAGNÓSTICOS, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA).

Prazos e condições de prestação dos serviços: Vide Anexo I – Termo de Referência

Lote 01											
		Qtde.	Qtde.	Valor	Valor						
Item	Descrição	Mensal	Anual	Unitário	Mensal	Valor Anual					
	Valor Total do Lote 01										
Lote 02											
Itam	Doggrioão	Qtde.	Qtde.	Valor	Valor	Valor Anual					
Item	Descrição	Mensal	Anual	Unitário	Mensal	vaior Anuai					
			Valor Tota	l do Lote 02							
		Lo	ote 03								
Item	Descrição	Qtde.	Qtde.	Valor	Valor	Valor Anual					
item	Descrição	Mensal	Anual	Unitário	Mensal	Valor Alluai					
			Valor Tota	Il do Lote 03							
Lote 04											
Item	Descrição	tde.	Valor Mensal	Valor Anual							
			Valor T	otal do Lote							
		Valor To	otal Geral								

Declaro que os preços contidos na proposta incluem todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, taxa de administração, materiais, serviços, encargos sociais, trabalhistas, seguros, frete, embalagens, lucro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto deste Edital e seus Anexos.

DADOS DO PROPONENTE:

Nome:



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Razão Social: Endereço Completo: CNPJ:		
Telefone:	Fax:	e-mail:
Validade da Proposta: 90 dias		
	(Local e d	lata).
	(Nome/assinatura do re	presentante legal)



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ANEXO IV - DECLARAÇÃO GERAL (papel timbrado da empresa)

PREGÃO ELETRÔNICO №:/20
A empresa inscrita no CNPJ sob nº, por intermédio de seu representante legal o(a) Sr.(a), portador(a) da Carteira de Identidade nº e do CPF nº DECLARA:
 que tomou conhecimento de todas as informações e condições locais para o cumprimento das obrigações do objeto da licitação;
2. para fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei Federal nº 14.133/21, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz;
3. que, até a presente data, inexistem fatos impeditivos para a sua habilitação no presente processo licitatório, inclusive condenação judicial na proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, transitada em julgada ou não desafiada por recurso com efeito suspensivo, por ato de improbidade administrativa, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
4. que não se encontra declarada inidônea, nem suspensa ou impedida de licitar e contratar com a Administração Pública;
5. que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na CF/88, leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de condutas vigentes na data de entrega das propostas, sob pena de desclassificação;
 que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social;
7. que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos II e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da CF/88;
8. que nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, não foi condenado judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;
 que na composição societária não existe participação de dirigente e/ou empregados da entidade promotora da licitação;
10. o e-mail:, como sendo o oficial da licitante para recebimento de comunicações, convocações e notificações;
11. que caso vencedora os dados do representante legal da licitante que deverão constar na minuta do contrato/ata de registro de preços para formalização são: Nome: ,CPF:, RG:
(LOCAL DO ESTABELECIMENTO),dede 202

(nome completo, cargo ou função e assinatura do representante legal/procurador)



PREGÃO ELETRÔNICO n.º 037/2024

PROCESSO n.º 318/2024

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

ANEXO VI MINUTA DO CONTRATO

CONTRATO n.º/2
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA CONTRATADA: OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E DE EXAMES COMPLEMENTARES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DIAGNÓSTICOS, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA).
Pelo presente instrumento, de um lado a PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA, inscrito no CNPJ/MF sob nº46.634.606/0001-80 com sede na Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro, neste ato representado pelo

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, le II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ESPECIALIDADES MÉDICAS, ODONTOLÓGICAS E DE EXAMES COMPLEMENTARES, QUE SERÃO UTILIZADOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE, ATRAVÉS DO CENTRO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO E DIAGNÓSTICOS, CENTRO DE ESPECIALIDADES ODONTOLÓGICAS E CENTRO DE ATENDIMENTO AO PORTADOR DE TEA (TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA), nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

Item	Descrição	Unidade	Qtde.	Valor Unitário	Valor Mensal	Valor Anual				
Lote										



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

		otal do Lote							
Lote									
	otal do Lote								
	Valor To								

- **1.3.** Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
 - **1.3.1.** O Termo de Referência;
 - **1.3.2.** O Edital da Licitação;
 - **1.3.3.** A Proposta do contratado;
 - **1.3.4.** Eventuais anexos dos documentos supracitados.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

- **2.1.** O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável por até 10 anos, na forma dos <u>artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021</u>. O contrato iniciar-se-á em XX/XX/2024 (dia da semana) e encerrar-se-á em XX/XX/2025 (dia da semana).
 - **2.1.1.** A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negocia-ção com o contratado.
- **2.2.** O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- **2.3.** A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- **2.4.** O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.	1.	O reg	jime	de execuçã	o contratu	ıal, os model	os	de gestão e c	le e	xecução	o, assim c	omo	os pra	zos
е	cond	ições	de	conclusão,	entrega,	observação	е	recebimento	do	objeto	constam	no	Termo	de
R	eferêr	ncia,a	nexo	a este Con	trato.									

3.2.	Α	fiscaliz	ação	desta	C	ontrata	ção	será	real	izada	pelo(a	a) S	Servido	or(a)	Públic	o S	Sr(a).
			, cal	bendo	а	este	(s)	infor	mar	(em)	ao	Ges	tor(a)	com	petent	e,	Sr(a)
					,	atravé	s de	termo	circ	unstan	ciado,	a da	ta e c	ondiç	ões da	a ent	rega,
atesta	ando	docume	ento d	e entre	ga e	cobra	nça.										

- 4. CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO
- **4.1.** Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.
- 5. CLÁUSULA QUINTA PREÇO (art. 92, V)
- **5.1.** O valor total da contratação é de R\$...... ()



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **5.2.** No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimentointegral do objeto da contratação.
- **5.3.** O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- **7.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da datado orçamento estimado.
- **7.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- **7.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dosefeitos financeiros do último reajuste.
- **7.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondentetão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- **7.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- **7.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- **7.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- **7.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

- **8.1.** São obrigações do Contratante:
- **8.2.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contratoe seus anexos:
- **8.3.** Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- **8.4.** Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- **8.5.** Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado:
- **8.6.** Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- **8.7.** Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato:
- 8.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia Geral da União para adoção das



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 - (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

- **8.9.** Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- **8.10.** A Administração terá o prazo de 1 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- **8.11.** Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelocontratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias.
- **8.12.** Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração dedescumprimento de cláusulas contratuais.
- **8.13.** A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceirosem decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- **9.1.** O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- **9.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesado Consumidor (<u>Lei nº 8.078, de 1990</u>);
- **9.3.** Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação:
- **9.4.** Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (<u>art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021</u>) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- **9.5.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- **9.6.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- **9.7.** Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores –SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
- 4) Certidão de Regularidade do FGTS CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas CNDT;
- **9.8.** Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **9.9.** Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- **9.10.** Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada deacordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- **9.11.** Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- **9.12.** Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- **9.13.** Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (<u>art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021</u>);
- **9.14.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato:
- **9.15.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº14.133, de 2021.
- **9.16.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normasde segurança do contratante;
- **9.17.** Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- **9.18.** Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na <u>Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018</u>, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- **9.19.** Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- **9.20.** Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- **9.21.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 10. CLÁUSULA DÉCIMA INFRACÕES E SANCÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92. XIV)
- **10.1.** Comete infração administrativa, nos termos da <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, o contratado que:
- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- **b)** der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

justificado;

- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- **10.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
- **I.** Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não sejustificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **II. Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e"d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- **III. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nasalíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

IV. Multa:

- **a)** Moratória de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
- **b)** Moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia.
- c) O atraso superior a 25 dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.
- **d)** Compensatória, para as infrações descritas nas alíneas "e" a "h" do subitem 10.1, de 5% a 30% do valor do Contrato.
- **e)** Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista na alínea "c" do subitem 10.1, de 30% do valor do Contrato.
- f) Para infração descrita na alínea "b" do subitem 10.1, a multa será de 20% do valor do Contrato.
- **g)** Para infrações descritas na alínea "d" do subitem 10.1, a multa será de 10% do valor do Contrato.
- **h)** Para a infração descrita na alínea "a" do subitem 10.1, a multa será de 15% do valor do Contrato.
- **10.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação dereparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)
 - **10.3.1.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - **10.3.2.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze)dias úteis, contado da data de sua intimação (<u>art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021</u>)
 - **10.3.3.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - **10.3.4.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 — (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

comunicação enviada pela autoridade competente.

- **10.4.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 10.5. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):
- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- **b)** as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- **10.6.** Os atos previstos como infrações administrativas na <u>Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na <u>Lei nº 12.846, de 2013</u>, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
- **10.7.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.8.** O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).
- **10.9.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do <u>art. 163 da Lei nº 14.133/21</u>.
- **10.10.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92. XIX)

- **11.1.** O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sidocumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
 - **11.1.1.** O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o Contratante, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
 - **11.1.2.** A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **11.1.3.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
- **11.2.** O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no <u>artigo 137 da Lei nº 14.133/21</u>, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
 - **11.2.1.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
 - **11.2.2.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejaráa extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
 - **11.2.2.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
- **11.3.** O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
 - **11.3.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - **11.3.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - **11.3.3.** Indenizações e multas.
- **11.4.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput.da Lei n.º 14.133, de 2021).
- **11.5.** O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral oupor afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

- **12.1.** As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminadas e parte do orçamento consignado em dotações futuras:
- nº: 02.04.00.10.301.0010.2017-3.3.90.39 Ficha 133 (Recurso Próprio)
- nº: 02.04.00.10.301.0010.2018-3.3.90.39 Ficha 146 (Recurso Próprio)
- nº: 02.04.00.10.302.0010.2019-3.3.90.39 Ficha 151 (Recurso Federal)
- nº: 02.04.00.10.302.0010.2019-3.3.90.39 Ficha 152 (Recurso Federal)

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais doscontratos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – ALTERAÇÕES

- **14.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos <u>arts. 124 e seguintes da Lei nº</u> 14.133, de 2021.
- **14.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 — (15) 3283-8338

e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

- **14.3.** As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade deantecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximode 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- **14.4.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do <u>art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021</u>.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - PUBLICAÇÃO

15.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no <u>art. 94 da Lei 14.133, de 2021</u>, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao <u>art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011</u>, c/c <u>art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012</u>.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA- FORO (art. 92, §1º)

16.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Laranjal Paulista/SP, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme <u>art. 92,</u> §1º, da Lei nº 14.133/21 .

[Local], [dia] de [mês] de [ano].

Representante legal do CONTRATANTE

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:



RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE LARANJAL PAULISTA ESTADO DE SÃO PAULO

Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

PREGÃO ELETRÔNICO № 037/2024 - PROCESSO 318/2024 ANEXO VII - ANEXO LC-01 - TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

(Contratos)

CONTRATO Nº (DE ORIGEM):									
OBJETO:									
ADVOGADO (S)/ Nº OAB/email: (*)									
Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:									
Estamos CIENTES de que:									
o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico; b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP; c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil; d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº 01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s); e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.									
2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:									
a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;									
b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.									
LOCAL e DATA:									
AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE: Nome: Cargo: CPF: Assinatura:									
RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO: Nome:Cargo:CPF:Assinatura:									



Praça Armando de Salles Oliveira nº 200, Centro - CEP 18.500-000 Fone (15) 3283-8331 – (15) 3283-8338 e-mail: licitacao@laranjalpaulista.sp.gov.br

Pelo contratante:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
Pela contratada:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
GESTOR(ES) DO CONTRATO:	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	
DEMAIS RESPONSÁVEIS (*):	
Nome:	
Cargo:	
CPF:	
Assinatura:	